

Estatuto da Igualdade Racial passa em comissão

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem projeto do senador Paulo Paim que cria o Estatuto da Igualdade Racial. A proposta, que combate a desigualdade sofrida pelos afrodescendentes, será analisada agora pela Comissão de Justiça. **Página 7**

Goiás pede apoio para lei geral da microempresa

Um documento com 20 mil assinaturas do empresariado goiano em favor da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa foi entregue ontem ao presidente do Senado pela bancada de Goiás na Casa. Lúcia Vânia defendeu a proposta, que tramita na Câmara. **Página 3**

Imagem: Arquivo



Motta (E) entrega a Renan relatório das obras públicas fiscalizadas pelo TCU em 2005

"Recursos somente serão liberados se as irregularidades forem sanadas", afirma presidente do Senado

TCU aponta 72 obras irregulares

Relatório do Tribunal de Contas da União recomenda a paralisação de 72 obras públicas em execução em todo o país com recursos previstos no Orçamento da União. A execução dessas obras envolve recursos de cerca de R\$ 2 bilhões, segundo o presidente do TCU, ministro Adylson Motta, que entregou ontem o documento

ao presidente do Senado, Renan Calheiros. Adylson Motta afirmou que o trabalho do TCU visa assegurar a correção das irregularidades detectadas, de forma a garantir a conclusão das obras no prazo previsto e a preços de mercado. Renan Calheiros comunicou ao Plenário que encaminhou o relatório diretamente à Comissão Mista de Orçamento. **Página 3**

Imagem: Freitas



"Queremos o Congresso envolvido nessa questão", diz Marina aos senadores na CRE

Cúpula discutirá biodiversidade e uso sustentável dos recursos

O Brasil, um dos países com maior biodiversidade, será palco de discussões importantes como a partilha dos benefícios provenientes do uso dos recursos naturais. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, esteve ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa

Nacional para pedir apoio do Senado à 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, que se realizará em março de 2006, em Curitiba. Ela disse que deseja ver o Congresso envolvido na questão, devido à importância do evento. **Página 8**

Marinho afirma que Correios perdem R\$ 4 bi por ano

Em depoimento secreto à CPI dos Correios, Maurício Marinho, ex-chefe de departamento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, fez novas revelações sobre irregularidades supostamente existentes na estatal. Segundo o senador Alvaro Dias, Marinho estimou em R\$ 4 bilhões os prejuízos anuais com o esquema de corrupção. O presidente da CPI dos Correios, Delcídio Amaral, anunciou que quer prorrogar o prazo de funcionamento da comissão. A oposição acusou o governo de tentar esvaziar a CPI para evitar a aprovação de requerimentos. **Página 5**

Imagem: Célio Azevedo



Furtado (à esquerda, ao lado de Antonio Carlos) aponta dependência em relação à Gtech

Caixa é refém de multinacional, diz procurador na CPI dos Bingos

O procurador-geral da República junto ao TCU, Lucas Furtado, afirmou que a Caixa Econômica Federal depende da Gtech para operaciona-

zar todo o sistema de loterias federais. Segundo Furtado, aumentos não justificáveis deram à Caixa prejuízo de R\$ 433 milhões. **Página 5**



Augusto: habitantes da reserva são contra modo como demarcação foi feita

Augusto Botelho alerta para conflito em reserva indígena

Augusto Botelho (PDT-RR) alertou para o acirramento dos ânimos na região da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, afirmando que a situação poderá resultar em mortes. Ele relatou que moradores da comunidade do Surumu denunciaram a Polícia Federal por ter atingido com um tiro de borracha o líder indígena Delton do Táxi, em uma operação que cumpriu mandado de prisão do tuxaua Fernando do Táxi.

A maioria dos habitantes da Raposa Serra do Sol, afirmou o senador, é contra a demarcação da reserva da maneira como foi feita pelo governo Lula.

– Desde o início venho alertando para o acirramento dos ânimos entre as etnias diferentes. Tudo indica que mortes vão ocorrer e eu atribuirei a responsabilidade ao presidente da República e ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, pois ambos foram avisados – afirmou.

O senador disse ainda que a Polícia Federal não vem agindo de forma imparcial para manter a paz na reserva. Ele informou que dois grupos indígenas inimigos estão promovendo acusações mútuas. A missão religiosa Surumu foi queimada por homens encapuzados. Os índios acusados pela etnia adversária alegam inocência.

Tebet defende aprovação de PEC que acaba com o recesso

Proposta do senador estabelece período de férias de 30 dias, em julho, para parlamentares

Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu apoio para proposta de emenda à Constituição de sua autoria que altera a sessão legislativa do Congresso e a data de posse de membros da Câmara e do Senado. Um dos principais objetivos da proposição (PEC 48/05) é acabar



Recesso do final do ano acabaria, de acordo com PEC apresentada por Tebet

com o recesso do final do ano e estabelecer um período de férias de 30 dias, em julho, para os parlamentares.

– A sociedade nos cobra uma decisão sobre o assunto. Via de regra o Congresso vem sendo convocado extraordinariamente, o que gera gasto de milhões.

Segundo Tebet, a idéia de os trabalhos no Senado se iniciarem em fevereiro remonta ao tempo do Império, quando os parlamentares precisavam viajar de navio para a capital. No verão havia maior possibilidade de proliferação de doenças. Com receio de comprometer a saúde, eles incluíram na Constituição o início da legislatura em fevereiro, após o verão.



Jucá diz que medida ajuda a transformar Boa Vista em uma cidade universitária

Jucá anuncia criação de cursos de mestrado na UFR

Em pronunciamento no Plenário, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) anunciou ontem a aprovação pelo Ministério da Educação de mais dois cursos de mestrado para a Universidade Federal de Roraima (UFR).

– A UFR, que tive o prazer de implantar quando fui governador do território, recebeu agora autorização e terá curso de mestrado em Química e Física. É, portanto, uma vitória a mais para a população do estado e para o nosso projeto que é transformar Boa Vista em uma cidade universitária, para a qual possam afluir jovens de todo o Brasil em busca de formação educacional – comemorou Romero Jucá.

Em aparte, Augusto Botelho (PDT-RR) lembrou que teve participação decisiva, juntamente com outros parlamentares do estado, na implantação dos novos cursos.

– Todos os parlamentares de Roraima têm cooperado com a UFR. Mas a semente desse mestrado quem implantou foi este senador que está falando aqui. Fizemos um curso de especialização para adquirir os livros e começar a formar a equipe. Brevemente teremos também em nossa universidade curso de doutorado – comentou Augusto.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão de hoje tem início às 9h. De caráter não-deliberativo, ela é reservada a pronunciamentos dos parlamentares e a comunicados da Mesa diretora. As votações serão retomadas na próxima terça-feira, mas a pauta está trancada por medidas provisórias com o prazo vencido e por um projeto que tramita em regime de urgência.



Rádio Senado apresenta programa sobre os Objetivos do Milênio

A Rádio Senado apresenta, às 20h, programa especial sobre os Objetivos do Milênio, proposta da Organização das Nações Unidas (ONU) para melhorar a qualidade de vida e acabar com a fome no mundo até o ano 2015.

O desafio proposto pela ONU recebeu apoio dos países e foram estabelecidos oito objetivos para garantir condições mínimas de saúde, educação, trabalho e desenvolvimento sustentável.

Fale com o Senado

O serviço Alô Senado recebe ligações gratuitas de todo o território nacional pelo telefone 0800 612211. As perguntas e reclamações são encaminhadas aos órgãos competentes do Senado. O serviço funciona 24 horas por dia.

Debate sobre mulher e carreira

Na próxima quinta-feira, às 14h30, será realizado o debate “Mulheres no Topo da Carreira: Flexibilidade e Persistência”, no auditório do Interlegis. O evento é uma iniciativa da Comissão Especial do Ano da Mulher Latino-Americana.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin,

Janaína Araújo e José do Carmo Andrade

Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620

Diagramação: Henrique Eduardo Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich

(61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Ana Júlia Carepa, Ramez Tebet, Teotônio Vilela Filho, Rodolpho Tourinho, Ribamar Fiquene, Luiz Otávio, Garibaldi Alves e Pedro Simon

Bancada de Goiás defende Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

A bancada de Goiás no Senado, integrada por Demostenes Torres (PFL), Lúcia Vânia (PSDB) e Iris de Araújo (PMDB), entregou ontem ao presidente da Casa, Renan Calheiros, documento com 20 mil assinaturas do empresariado goiano em favor da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. O projeto de lei complementar do Poder Executivo tramita na Câmara e tem como relator o deputado Luiz Carlos Hauli.

Lúcia Vânia ressaltou que o projeto tem o respaldo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e representa um avanço, pois unifica os impostos nas três esferas de governo, ao mesmo tempo em que amplia o conceito de pequena e microempresa para até R\$ 3,6 milhões de faturamento.

Debate

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) acompanhou

o presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, João Carlos Souto, em audiência com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para convidá-lo a participar do Encontro Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional. Com o objetivo de debater a administração fazendária brasileira, o encontro será realizado em Comandatuba (BA) entre 13 e 15 de novembro.

Mesquita Júnior, que é procurador da Fazenda licenciado, afirmou que é importante a participação de Renan Calheiros nos debates sobre os problemas da administração tributária. Para diminuir a sonegação, disse, o poder público precisa tornar seus órgãos tributários mais eficientes com investimentos em tecnologia e pessoal. Souto também pediu ajuda a Renan para a questão salarial da categoria.

Lúcia Vânia diz que projeto vai gerar emprego e renda

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu ontem, em Plenário, que o Congresso Nacional e o governo federal dispensem mais atenção à Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Para a senadora, a adoção da lei pode gerar mais emprego e renda, reduzir a informalidade e favorecer o crescimento da economia brasileira.

Lúcia Vânia ressaltou que as micro e pequenas empresas são responsáveis por 60% dos empregos formais no Brasil e, entre 1995 e 2000, criaram 1,4 milhão de empregos, 25,9% do total de postos de trabalho formais gerados no período.

– Esta lei contém dispositivos para simplificar procedimentos de criação e operação das micro



Lúcia Vânia: micro e pequenas empresas respondem por 60% dos empregos

e pequenas empresas. Com isso, são diminuídos os controles burocráticos e simplificadas as obrigações dessas entidades para com o poder público – avaliou a senadora.

Para Lúcia Vânia, a inovação mais importante do anteprojeto é a criação de outro sistema integrado de pagamento de impostos, o Simples Geral, que suavizará o impacto tributário e estimulará o crescimento das empresas.

Ministro explica censo previdenciário

Em audiência com o presidente do Senado, Renan Calheiros, o ministro da Previdência Social, Nelson Machado, anunciou para a próxima segunda-feira o início do censo previdenciário. Hoje, o ministro falará sobre o assunto em cadeia nacional de rádio e televisão. O objetivo do censo é combater a fraude e melhorar

os serviços destinados aos beneficiários da Previdência.

Na primeira fase do censo, 2,5 milhões de aposentados e pensionistas do INSS, de um total de 23,6 milhões, serão avisados da necessidade de atualizar seus dados na rede bancária. Entre outubro de 2005 e fevereiro de 2006, eles deverão apresentar documentos como o número de inscrição no CPF e a cédula de identidade.

Na segunda fase, de março a dezembro de 2006, serão chamados outros 13,1 milhões de aposentados e pensionistas.

Auditoria foi feita em 415 obras, que representam R\$ 20 bilhões das despesas do Orçamento



Renan (segundo à direita), ao lado de Paulo Octávio (D) e dos ministros Adylson Motta e Valmir Campelo, recebe relatório do TCU

TCU recomenda paralisação de 72 obras públicas irregulares

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem, do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Adylson Motta, relatório que recomenda a paralisação de 72 obras públicas em execução em todo o país com recursos previstos no Orçamento da União. A execução dessas obras envolve cerca de R\$ 2 bilhões, segundo informação do ministro.

O relatório da fiscalização do TCU contém a relação de obras públicas fiscalizadas pelo tribunal em 2005. A auditoria foi feita em 415 obras, que representam R\$ 20 bilhões de despesas do Orçamento da União. Renan Calheiros afirmou que o relatório do Tribunal de Contas da União vai auxiliar o Congresso Nacional na

aprovação da Lei Orçamentária Anual de 2006.

– A auditoria do TCU é uma ajuda à transparência. Os recursos para essas obras constarão do Orçamento, mas somente serão liberados se as irregularidades forem sanadas – declarou o presidente do Senado.

Adylson Motta explicou que o trabalho do tribunal tem por objetivo assegurar que as irregularidades detectadas sejam corrigidas, de forma a garantir a conclusão das obras no prazo previsto e a preços de mercado.

O ministro Valmir Campelo, relator do processo de fiscalização do TCU, declarou que o elevado custo das obras públicas continua sendo o principal problema a ser enfrentado pelos órgãos de controle.

Segundo ele, as ocorrências de sobrepreço e de superfaturamento correspondem a 21% do total de 228 irregularidades graves, com paralisação, identificadas nos diversos contratos dos programas fiscalizados. Na avaliação de Valmir Campelo, esses dados mostram a necessidade de melhorar os instrumentos para a análise dos custos das obras, de modo a compatibilizar seus valores com os preços de mercado.

Análise da CMO

Renan Calheiros comunicou ontem, em Plenário, que o relatório do Tribunal de Contas da União que recomenda a paralisação de 72 obras públicas em execução no país, em virtude de irregularidades, foi encaminhado diretamente à Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Antonio Carlos Magalhães cobra de Renan publicação de relatório

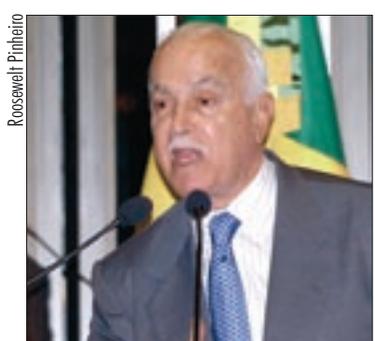
O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) cobrou, ontem, do presidente Renan Calheiros, a divulgação do relatório do Tribunal de Contas da União contendo o resultado de auditoria que aponta irregularidades em obras públicas no país.

O presidente do Senado recebeu ontem do presidente do TCU, ministro Adylson Motta, relatório do tribunal que recomenda a paralisação de 72 obras em execução em todo o país com recursos previstos no Orçamento da União. A execução de tais obras irregulares envolve, de

acordo com o próprio ministro Motta, investimentos da ordem de R\$ 2 bilhões.

ACM exigiu que o relatório seja publicado oficialmente e divulgado para que toda a população possa saber quais obras públicas em andamento no Brasil contêm irregularidades.

– Sou muito amigo do presidente desta Casa, mas sou muito mais amigo da nação brasileira. O relatório tem que ser publicado, e se o Senado não cumprir seu dever vou fazer folhetos e distribuir pelo país – ameaçou Antonio Carlos, que protestou



ACM: população precisa saber quais obras públicas no país contêm irregularidades

e pediu que Renan “mantenha a dignidade” e não decepcione os senadores.

Em aparte, os senadores José Agripino (PFL-RN) e Heráclito Fortes (PFL-PI) apoiaram o pronunciamento de Antonio Carlos Magalhães.

Renan afirma que deputado tem "perfil institucional". Oposição aponta interferência do governo no processo de votação

Senadores comentam eleição de Aldo Rebelo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse em entrevista que o novo presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) será "equilibrado e sério" no exercício da função.

– Ele tem um perfil institucio-

nal, recomendável para o momento – afirmou o senador.

Lembrando ser também presidente da Mesa do Congresso Nacional, Renan Calheiros ressaltou que é fundamental uma boa relação entre os presidentes das

duas Casas.

O presidente do Senado destacou que o processo legislativo envolve a Câmara dos Deputados e o Senado, instituições "dependentes e complementares."

Em pronunciamentos no Ple-

nário, Heloísa Helena, José Agripino, José Jorge e Alvaro Dias apontaram a interferência do Poder Executivo no episódio da escolha do novo presidente da Câmara com a liberação de verbas oriundas de emendas parlamentares.



Fotos: Roosevelt Pinheiro



Heloísa Helena lamenta o fato de ter dedicado tantos anos ao PT

Heloísa denuncia balcão de negócios na eleição de Aldo

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que, para garantir a vitória do deputado Aldo Rebelo à Presidência da Câmara dos Deputados, o governo federal montou "um balcão de negócios sujos". Segundo assinalou, foi instalada "uma prateleira de mercadoria parlamentar", na qual os governistas escolhiam os deputados e davam o preço, que podia ser um carro, maior prestígio ou sinalização de que os acusados de corrupção não serão punidos no Conselho de Ética.

Heloísa manifestou-se impressionada com a cena da comemoração da vitória de Aldo Rebelo e com a "forma cínica e dissimulada" com que o governo petista atuou no episódio. A senadora lembrou que na administração Fernando Henrique Cardoso também denunciou que o presidente usava o trator contra os opositores e os mesmos métodos utilizados hoje, mas salientou que isso não justifica a conduta da atual gestão. A senadora lamentou os anos que dedicou ao PT e disse que, hoje, a legenda se tornou um partido como outro qualquer.

Sobre o pleito de quarta-feira, a senadora por Alagoas também esclareceu que a Executiva do PSOL pretendia apresentar um candidato, mas ressaltou que, na impossibilidade de fazê-lo, optou pela abstenção.

Para José Agripino, vitória "fez a festa dos que sofrem processo de cassação"

Vitória saiu muito cara para o governo federal, diz Agripino

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), disse, em seu pronunciamento, que a eleição do novo presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, "fez a festa dos parlamentares envolvidos com as denúncias de distribuição do 'mensalão' e que sofrem processo de cassação pelo Conselho de Ética da Casa".

– Se observarmos fotos do jornal *Tribuna da Imprensa* veremos o deputado José Dirceu e outros cassáveis vibrando e abraçando Aldo Rebelo – observou o senador.

José Agripino afirmou que a sociedade brasileira "ficou estupefata com a ousadia do governo federal em adquirir a eleição", cooptando para o segundo turno de votação parlamentares de partidos como o PP, do ex-deputado Severino Cavalcanti, o PL, PTB e outros. Ele disse que essas lendas fizeram uma pequena diferença no segundo turno da eleição, a favor de Aldo Rebelo, contra o candidato do PFL-PSDB, deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL).

– Se formos comparar, o candidato do governo federal, apoiado pelo Partido dos Trabalhadores e outros, só teve 182 votos no primeiro turno, empatando com Nonô. No segundo turno, a diferença foi de apenas 15 votos, Nonô quase ganha – argumentou o parlamentar, observando que a eleição saiu muito cara para o governo e marca uma "página negra na história".

Segundo José Jorge, eleição representa para o governo "uma vitória de Pirro"

Para José Jorge, vai ser instalada uma "grande pizzaria"

O presidente Lula ficou devendo favores aos "partidos fisiológicos", afirmou ontem o líder da Minoria no Senado, José Jorge (PFL-PE), ao ressaltar que a eleição de Aldo Rebelo representa para o governo uma "vitória de Pirro". A expressão é uma referência à vitória do general grego Pirro, rei de Épiro, na Batalha de Asculum, contra o exército romano (279 a.C.), na qual as perdas em combate foram tantas que seu reino, atual Albânia, foi severamente prejudicado.

– O governo está fazendo os preparativos para instalar uma grande pizzaria nas dependências da Câmara dos Deputados – salientou.

José Jorge observou que bastariam oito deputados mudarem seu voto para que Thomaz Nonô fosse eleito, já que Aldo Rebelo venceu por apenas 15 votos de vantagem, o mesmo número de deputados que podem perder seus mandatos devido ao suposto envolvimento com o "mensalão".

Ele mencionou suspeitas de que o governo, para eleger Aldo Rebelo, teria feito acordo com os deputados que correm risco de perder o mandato, mas adiantou que qualquer decisão tomada pelo novo presidente da Câmara no sentido de impedir que sejam cassados poderia ser contestada, sob a alegação de falta de isenção. Lembrou que o deputado do PCdoB foi líder do governo e, depois, ministro da Coordenação Política no mesmo período em que teria existido o "mensalão".

Para Alvaro, Executivo trocou vitória de Aldo Rebelo por vantagens a deputados

Alvaro: "Ao ganhar, governo perdeu credibilidade"

Na opinião do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao ganhar, perdeu em credibilidade e respeito. Segundo ele, o governo teria se valido da manutenção de uma relação promíscua entre Executivo e Legislativo para garantir a vitória a Aldo Rebelo, em troca de vantagens para parlamentares da base aliada. Para o senador, houve interferência indevida do presidente no processo de votação.

– O governo anunciou a liberação de R\$ 500 milhões para aplacar a consciência de parlamentares – criticou.

Alvaro afirmou ainda que não foram divulgados os critérios adotados na distribuição de recursos e que o Partido Liberal chegou a exigir a liberação de R\$ 1 bilhão para o Ministério dos Transportes, quando a situação precária das estradas, disse, exige providências há muito tempo.

Na opinião do senador, estaria comprovado que a origem dos recursos do esquema de corrupção, envolvendo o operador Marcos Valério e o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, seria o Tesouro Nacional, "com a participação e conivência do presidente da República".

– Espero que ao final das CPIs, com o auxílio de auditorias independentes, os culpados sejam punidos – concluiu.

Senador aponta "censura da Radiobrás"

O senador José Agripino (RN), líder do PFL, protestou ontem contra possível "censura da Radiobrás" a artigos publicados nos jornais do país, quando estes tratam de assuntos que não interessam ao governo.

Agripino referiu-se a artigo "Raça, segundo São João", de Jorge Bornhausen (PFL-SC), publicado ontem na *Folha de S. Paulo*, no qual o senador esclarece uma frase sua cujo sentido teria sido desvirtuado. Bornhausen diz que usou a expressão "queremos ficar livre dessa raça nos próximos 30 anos" quando questionado sobre a administração Lula, mas que o governo teria feito uma ilação com "racismo".

– Ele chama de raça a camarilha que desmoraliza o governo – disse Agripino.



Para Heráclito, atitude do governador visa ofuscar denúncia sobre uso fraudulento do Siafi

Heráclito rebate críticas de Wellington Dias

Ao atribuir ao governador de seu estado, Wellington Dias, críticas a sua atuação parlamentar, publicadas ontem no jornal *Meio Norte*, Heráclito Fortes (PFL-PI) considerou a atitude uma tentativa de ofuscar denúncias de que o governante estaria usando o acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) para liberar recursos de "maneira criminosa".

– Não gosto de trazer pra cá esses assuntos, mas não vou aceitar ser provocado da maneira que fui – afirmou o parlamentar, enumerando diversas críticas à atuação de Wellington Dias no Piauí.

Procurador da República afirma que a Caixa é refém da Gtech

A Caixa Econômica Federal (CEF) tornou-se refém da multinacional Gtech e até hoje depende da empresa para operacionalizar todo o sistema de loterias federais no país, denunciou ontem o procurador-geral da República junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Furtado, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos.

Lucas Furtado estimou que de 1997 até 2003 – data em que o contrato foi renovado – o prejuízo acumulado da Caixa em relação à Gtech (o chamado débito quantitativo) chegou a atingir a casa dos R\$ 433 milhões em razão de vários aumentos não justificáveis e que teriam beneficiado a empresa.

– Apesar de a Caixa fazer de tudo para se livrar dessa multinacional, o fato é que decisões judiciais sempre garantiram à Gtech a continuidade do seu trabalho bastante lucrativo – informou o procurador, ao observar que o contrato está mantido até 2006.

Ele deixou claro que se a Caixa não tivesse renovado contrato com a empresa por 25 meses, em 2003, como ocorreu, todo o sistema de loterias no país poderia ter sido paralisado, devido à grande dependência tecnológica e contratual da Caixa em relação à Gtech. E informou que de 1997 até 2003, antes da renovação do contrato, a Caixa pagou à Gtech R\$ 3 bilhões.

Ao longo do depoimento, Lucas Furtado sugeriu que o TCU também passe a ter o poder de pedir quebras de sigilos bancário e fiscal de pessoas ou empresas supostamente envolvidas em esquemas de corrupção ou superfaturamento de obras e de serviços na área governamental.

O procurador da República destacou ainda que já está em andamento no TCU auditoria sobre os chamados cartões de crédito corporativos dos funcionários do governo federal.

Tapas e beijos

O relator da CPI dos Bingos,

senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), disse que o relacionamento entre a Gtech e a CEF “não é de tapas e beijos, mas somente de tapas, já que a Caixa sempre apanha”.

O senador Tião Viana (PT-AC), autor do requerimento de convocação do procurador, observou que, ao longo dos anos, os recursos da Caixa “foram saqueados de maneira sorrateira e silenciosa”.

Já o senador José Jorge (PFL-PE) defendeu a aprovação de uma legislação especial na área de informática, destinada a garantir que órgãos de governo possam firmar contratos com empresas que tenham melhor tecnologia e melhor preço, além de uma cláusula que considera de vital importância: liberdade para que o governo possa romper contratos quando não se sentir satisfeito com os serviços prestados.

Contrato

Lucas Furtado – autor de uma série de estudos e pareceres técnicos que versam sobre os contratos entre a Caixa e a Gtech – explicou que o contrato entre as duas entidades “já nasceu errado”. É que a empresa, com sede nos Estados Unidos, adquiriu, em 1997, todas as ações da empresa Racimek, que havia ganhado a licitação em 1994.

Na prática, segundo o procurador, a multinacional comprou o contrato que era da Racimek. Desde então, vários aditivos foram inseridos no contrato original com vistas a garantir à Gtech maiores percentuais na prestação de novos serviços, como o recebimento de contas de luz, água e telefone por agências lotéricas, iniciado no final dos anos 90.

Com relação ao desconto de 15% concedido pela Gtech à Caixa na renovação do contrato em 2003, Lucas Furtado disse que, mesmo assim, a multinacional saiu lucrando. E revelou que o desconto poderia “ser muito maior”, caso a Caixa tivesse “se debruçado” na análise dos custos da multinacional.



Lucas Furtado (à esquerda, com Antonio Carlos Magalhães) denuncia irregularidades

Ex-chefe de departamento da ECT presta depoimento em sessão secreta à CPI dos Correios e, segundo senadores, revela mais fraudes



Ao lado de Asdrúbal Bentes, Delcídio Amaral e Osmar Serraglio, Maurício Marinho (D) faz revelações à CPI dos Correios

Marinho fala em prejuízos de R\$ 4 bi por ano nos Correios

O ex-chefe de departamento dos Correios Maurício Marinho prestou ontem depoimento secreto na CPI dos Correios. O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) relatou que Marinho estimou prejuízos anuais de R\$ 4 bilhões para os Correios com o esquema de corrupção, dos quais R\$ 1 bilhão apenas na área de franquias.

De acordo com Heloísa Helena (PSOL-AL), Marinho apresentou documentos sobre fraudes em licitações da ECT e denunciou nova fraude: um edital para compra de furgões teria sido modificado para privilegiar a Fiat.

Segundo o relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), Marinho teria admitido o recebimento de propina de

várias empresas e confirmado que as conversas com o genro do ex-deputado Roberto Jefferson, Marcos Vinícius Vasconcelos Ferreira, o empresário Arthur Waschek Neto e o ex-agente do SNI José Fortuna sempre giravam em torno de vantagens financeiras. Marinho teria insinuado que a corrupção na estatal continua.

Delcídio anuncia prorrogação do prazo de funcionamento da CPI

Na segunda reunião administrativa em que não se conseguiu votar nenhum requerimento, o presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), anunciou que vai prorrogar o prazo de funcionamento da CPI.

Decepcionado com a ausência de quórum na reunião – fato que impediu que fossem aprovados requerimentos para quebras de sigilo e tomadas de depoimentos –, o senador disse que pedirá providências à Mesa da Casa para agilizar os trabalhos. Ele também registrará o nome dos faltosos para que “a opinião pública saiba quem está provocando atrasos”.

A oposição também protestou contra o que chamou de “manobra da base governista”, que serviria para esvaziar a reunião da CPI, evitando, assim, a aprovação de requerimentos como o que pedia preferência para votar a convocação do presidente da empresa de engenharia GDK, César Oliveira,

do presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, e do diretor de Exploração e Produção da estatal, Guilherme Estrella. Eles seriam chamados para explicar as acusações de superfaturamento em contratos.

A agenda que havia sido preparada pelo relator Osmar Serraglio ficou prejudicada. Ele pretendia trazer “novos elementos” às investigações documentais que a comissão vem fazendo, como informações a respeito das franquias dos Correios e dos contratos de obras, o que começaria a indicar as origens dos recursos que passaram pelo “propinoduto”.

O sub-relator de Fontes Financeiras, deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), revelou que documentos em poder da CPI divergem dos apresentados por Marcos Valério em seu depoimento à CPI e, inclusive, o suposto empréstimo feito para o PT não aparece nos registros.



Segundo Ideli, requerimentos da oposição prejudicam atividades

Ideli nega que teria esvaziado a reunião

Ideli Salvatti (PT-SC) repudiou a acusação feita pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) de que teria promovido o esvaziamento da sessão administrativa da CPI dos Correios ao pedir que parlamentares se retirassem da sala. Para ela, os atrasos nas votações são promovidos pelos requerimentos de preferência constantemente apresentados pela oposição.



Teotônio afirma que superávit primário foi construído graças ao sofrimento dos brasileiros

Teotônio critica a "penúria" dos municípios

Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) criticou ontem o que chamou de insensibilidade do governo para com as dificuldades por que passam os estados e os municípios brasileiros. O senador apoiou ainda as reivindicações dos prefeitos que estiveram em Brasília durante a semana cobrando soluções para seus problemas.

– O superávit primário foi construído com o sofrimento dos brasileiros, com a penúria dos municípios – avaliou Teotônio.



Iris defende o aumento de um ponto percentual na parcela da União que compõe o FPM

Iris quer fixar limites para os precatórios

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) considerou fundamental a aprovação, pela Câmara, de dois pontos da reforma tributária: o aumento de 22,5% para 23,5% da parcela da arrecadação da União que compõe o Fundo de Participação dos Municípios; e a fixação de um limite para pagamento de precatórios judiciais, de 2% do total da receita líquida do município. Os precatórios são decisões da Justiça para as quais não cabe mais nenhum recurso.

Senadores querem reforma emergencial. Renan diz que Aldo Rebelo perdeu chance de se afirmar ao não votar a proposta

Simon defende prorrogação do prazo para alterar a lei eleitoral

Ao lamentar o encerramento hoje do prazo para alterações na legislação eleitoral para o próximo pleito sem que a Câmara dos Deputados tenha votado a minirreforma política, acolhida por unanimidade no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que a única saída que resta é a aprovação da PEC do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que estende esse prazo para o último dia da sessão legislativa de 2005.

– Vamos nos agarrar como náufra- gos na prorrogação desse prazo. Do contrário, como alguém que, como eu, quer ser candidato no próximo pleito, poderá se apresentar ao eleitoral? – lamentou.

Mesmo reconhecendo que essa proposta é apenas o mínimo necessá-



Para Simon, aprovação da proposta representaria uma satisfação à sociedade

rio para moralizar as eleições, Simon observou que isso representaria uma satisfação que o Congresso estaria dando à sociedade.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, deixou o comando dos

trabalhos para apartear Simon e avaliou que a população não entenderá se o Congresso não aprimorar a legislação político-partidária, mesmo que puna exemplarmente os envolvidos. Ele disse que o novo presidente da Câmara, Aldo Rebelo, perdeu ontem “uma grande chance” de se afirmar perante o país, ao não colocar a minirreforma em votação.

Marco Maciel (PFL-PE) sugeriu ao Tribunal Superior Eleitoral que baixe resoluções para melhorar o pleito. Já o senador Amir Lando (PMDB-RO) opinou que, se o Congresso não acolher as alterações agora, significará que toda a preocupação demonstrada com a crise política não passou de “uma farsa inquestionável”.

Garibaldi diz que acabar com caixa dois das campanhas é o desafio

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse ser favorável ao projeto de reforma eleitoral, de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), que irá possibilitar uma campanha sem as deformações e equívocos da última campanha presidencial em 2002. Ele salientou que o desafio a ser superado é a utilização do caixa dois, que, a seu ver, deve ser condenado para viabilizar “campanhas limpas e saudáveis”, com o confronto democrático dos candidatos.

O senador manifestou apoio integral ao inconformismo de Pedro Simon (PMDB-RS) diante da incapacidade do governo de priorizar a



Garibaldi quer votar emendas já aprovadas, como voto distrital e listas partidárias

reforma política.

– Associe-me a Simon quando ele coloca a necessidade de uma verdadeira reforma política no país.

Garibaldi avaliou que é aprovar “o que for possível” na reforma emergencial ou optar pela aprovação da emenda do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ao projeto, estendendo o prazo até o último dia da sessão legislativa de 2005. Para ele, após a aprovação da minirreforma, será possível colocar em debate as propostas de emendas à Constituição, aprovadas no Senado, que já receberam parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, como o voto distrital e as listas partidárias, mesmo que o processo seja mais demorado.

Efraim abre em Belém o 5º Seminário Regional Programa Interlegis

O 1º secretário do Senado, Efraim Moraes (PFL-PB), participou ontem do 5º Seminário Regional Programa Interlegis, realizado no auditório da Assembléia Legislativa do estado do Pará, onde foi assinado protocolo de intenções entre o Senado e o Legislativo paraense com o objetivo de promover o desenvolvimento institucional e de recursos humanos por meio de programas de inclusão digital. O encontro contou com a presença do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e de 187 vereadores estaduais inscritos, aos quais foi distribuída cartilha sobre o processo legislativo.

O Interlegis é dirigido por Efraim Moraes e desenvolvido pelo Senado e pelo Banco Interamericano de Desen-



Efraim explica aos vereadores e convidados os objetivos do projeto de inclusão digital do Senado

volvimento (BID) desde 1997.

O seminário foi prestigiado pelo prefeito de Belém em exercício, Manoel Pioneiro, pelo presidente

da câmara de vereadores local, Raimundo Castro, e pelo diretor do Instituto Legislativo Brasileiro, Florian Madruga.



Maciel destaca as qualidades profissionais e literárias de Sérgio Corrêa da Costa

Senado aprova voto de pesar por diplomata

O Senado aprovou ontem voto de pesar pelo falecimento do embaixador Sérgio Corrêa da Costa. Marco Maciel (PFL-PE), autor do requerimento, lembrou que ele chefiou embaixadas no Canadá, na Inglaterra, nos Estados Unidos e a Missão do Brasil junto à Organização das Nações Unidas.

Sérgio Corrêa da Costa, disse Maciel, enriqueceu a nossa bibliografia como escritor, ensaísta, historiador e autor de vários livros.



Melina Pedroso vai mostrar suas pinturas em acrílico no Salão Negro do Congresso Nacional

Semana valoriza novos talentos da arte

Mel é o apelido da artista plástica Melina Pedroso, portadora da síndrome de Down, cujas pinturas em acrílico foram aproveitadas para a produção do material publicitário para a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, que será realizada no Salão Negro do Congresso entre 17 e 23 de outubro.

Melina Pedroso, hoje com 22 anos, foi descoberta pela artista plástica Dalva Guimarães, que, instintivamente, adivinhou o talento de Mel para pintura em arte primitiva.



Para Mesquita Júnior, votação da matéria sem emendas dos senadores será "autoviolência"

Mesquita Júnior quer debater uso de florestas

O projeto que regulamenta a exploração de florestas públicas deve ter uma discussão mais aprofundada no Senado, disse ontem Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) ao repudiar o regime de urgência da tramitação da matéria. Para ele, a Casa estará praticando uma autoviolência caso concorde que o projeto (PLC 62/05) não receba emendas no Senado.

O senador afirmou que o governo federal se utiliza do "tratoço" para que a matéria, de importância vital para a região amazônica, seja aprovada sem emendas e vá direto à Câmara. Apesar de destacar que não é *a priori* contra o projeto, ele disse temer que a proposta condene a Amazônia a permanecer na condição de exportadora de matéria-prima.

Paim pede apoio para transição da fumicultura

Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem a adoção de políticas que assegurem regras de transição claras para os produtores de fumo que forem levados a abandonar a atividade, devido à possível ratificação, no Congresso, de tratado internacional firmado pelo governo brasileiro, em junho de 2003, contra o tabagismo.

– Não posso desamparar os milhares de agricultores que vivem do cultivo do fumo. Apóio a ratificação da convenção-quadro contra o tabagismo, mas apóio também os agricultores no sentido de garantir regras seguras de transição da cultura do fumo – afirmou.

"A proposta ficará na história do Brasil como marco de uma sociedade aberta a todos os segmentos sociais", disse Antônio Carlos Valadares, presidente da comissão, ao saudar a decisão

Estatuto da Igualdade Racial é aprovado por unanimidade na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem por unanimidade o Estatuto da Igualdade Racial. O projeto, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), tem a finalidade de combater a discriminação e a desigualdade sofridas pelos afro-brasileiros, mediante, inclusive, a adoção de políticas públicas. O estatuto vai a exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

Paim lembrou que o projeto vem sendo discutido por meio de audiências públicas em todo o país, com a abordagem dos diversos problemas que envolvem a população afro-descendente.

Para o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), relator do projeto na CAS, o estatuto complementa a Lei da Abolição da Escravatura, de 13 de maio de 1888.

– É muito simbólico que, neste momento, governo e oposição, de mãos dadas, estejam lutando por esse projeto – observou.

O presidente da CAS, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), assinalou que o estatuto corrige a lacuna deixada pela Lei Áurea e que a proposta ficará na história do Brasil como "marco da democracia e de uma sociedade aberta a todos



Relator na comissão, Tourinho (D) ressaltou que projeto de Paim complementa a Lei da Abolição da Escravatura e une governo e oposição na luta contra a discriminação racial no país

os segmentos sociais".

Benefício

Na mesma reunião, a CAS aprovou, em decisão terminativa, outro projeto de Paim, que propõe aumentar em 25% o valor da aposentadoria do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa, por razões decorrentes de doença ou deficiência física (PLS 270/04). Pela proposta, o acréscimo não será aplicado aos segurados especiais – da Previdência rural – pelo fato de que este grupo não contribui para o custeio do sistema previdenciário, mas recebe aposentadoria de acordo com o exercício de atividade rural por determinado período de tempo.

Discriminação é velada e tem raízes profundas, diz Tourinho

"O Senado deu mais um passo importante para melhorar as condições de vida da população negra, diminuir as desigualdades entre negros e brancos e proporcionar a igualdade de oportunidades entre eles." Assim Rodolpho Tourinho anunciou em Plenário a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, na CAS. Ele ressaltou que o projeto do senador Paulo Paim "define os marcos do reconhecimento das terras ocupadas pelos remanescentes dos quilombos e prevê mecanismos indutores da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho".

Relator da matéria na CAS, Tourinho destacou ainda que o estatuto "estabelece sistema de cotas em favor da população afro-brasileira, disciplina a contribuição dos meios de comunicação para a visibilidade dos afro-brasileiros e cria as condições de melhor acesso dos negros à

Justiça, além de determinações que tratam do Fundo de Promoção da Igualdade Racial".

– No Brasil, a segregação social dos negros é dissimulada e não assumida. E essa forma não legalizada de discriminação possui raízes culturais profundas – observou o parlamentar.

Tourinho destacou ainda que dados oficiais evidenciam que os negros encontram-se em evidente desvantagem "em quase todos os indicadores sociais".

– A esse respeito, deve-se recordar que a desproporcional participação dos afro-brasileiros nos contingentes de pobres e indigentes do país levou pesquisadores a declarar que, no Brasil, a pobreza tem cor – acrescentou.

O projeto segue para exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Exame de suficiência para contador e médico veterinário

Exame de suficiência poderá ser exigido pelos conselhos profissionais para o exercício das profissões de contador, técnico de contabilidade e de médico veterinário. Projetos com essa finalidade foram aprovados ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). De autoria do deputado Átila Lira (PSDB-PI), a proposta (PLC 39/05) ainda depende de exame em Plenário.

Para a relatora, senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), a medida contribuirá para a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Já o projeto de Tião Viana (PT-AC) que prevê exame para o exercício da profissão de médico veterinário (PLS 156/04) foi aprovado em decisão terminativa. Para o relator, senador Gilberto Goellner (PFL-MT), a proposta vai melhorar os serviços prestados pelos veterinários.



Gilberto Goellner: subsídio ao algodão norte-americano foi considerado ilegal pela OMC

Goellner apóia retaliação contra os EUA

Gilberto Goellner (PFL-MT) criticou a posição do ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, de negociar benefícios comerciais com os Estados Unidos em vez de adotar a retaliação, por conta de subsídios concedidos aos produtores de algodão norte-americanos, já considerados ilegais pela Organização Mundial do Comércio (OMC) em ação movida pelo Brasil.

Segundo Goellner, apesar da determinação da OMC para que os EUA retirassem subsídios aos produtores de algodão ou removessem seus efeitos, nenhuma medida foi tomada em prazo legal. Goellner lembrou que o Ministério das Relações Exteriores divulgou nota informando que pedirá à OMC o direito de retaliar os Estados Unidos.

Alvaro defende auditoria do TCU no BNDES

Alvaro Dias (PSDB-PR) solicitou que a Mesa do Senado tome as providências necessárias para recolocar na pauta do Plenário requerimento que pede a realização de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com o objetivo de investigar os contratos da instituição com empresas no exterior.

O senador lembrou que o requerimento, de sua autoria, se refere ao financiamento, por parte do BNDES, de obras em outros países, como Peru, Paraguai, Venezuela e República Dominicana.

Marina pede apoio do Senado a encontro sobre biodiversidade

Conferência em Curitiba vai discutir implantação da convenção sobre diversidade biológica, assinada no Brasil durante a Rio-92

A justa partilha dos benefícios oriundos da utilização dos recursos da biodiversidade será um dos principais temas da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, para a qual a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, pediu ontem o apoio do Senado. O encontro será em março de 2006, em Curitiba, juntamente com a 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Segurança Biológica.

Na conferência, deverão ser debatidos mecanismos de implantação da convenção, que foi assinada durante o Encontro de Cúpula sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizado no Rio de Janeiro – a Rio-92. Os três princípios básicos do acordo se relacionam à conservação da biodiversidade, uso sustentável dos recursos naturais e distribuição equitativa dos benefícios.

– Queremos o Congresso bastante envolvido nesse processo, pois o evento será um dos mais importantes da história de nosso país – disse Marina, em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), da qual participou também o secretário-executivo da Convenção das Nações

Unidas sobre Diversidade Biológica, Hamdallah Zedan.

Longa negociação

A partir da conferência de Curitiba, anunciou Zedan, terá início uma nova etapa da convenção. Para que ela fosse assinada, recordou, foi necessária uma longa negociação entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento.

– A convenção é um dos filhos da Rio-92, e agora esse bebê está de volta ao Brasil, que é um dos países com maior diversidade e será palco da discussão de um tema importante como a divisão equânime dos benefícios pelo uso dos recursos naturais.

Roberto Saturnino (PT-RJ)

concordou com a necessidade de se preservarem os recursos, ao mesmo tempo em que países como o Brasil possam “usufruir justamente dessas riquezas colocadas por Deus em nosso território”. Cristovam Buarque (PDT-DF) manifestou-se preocupado com a decisão de alguns países de não assinar o Protocolo de Kyoto – de prevenção de mudanças climáticas.

Em resposta a questionamento de Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG), Zedan afirmou que a soberania dos países sobre seus recursos naturais passou a ser internacionalmente reconhecida por meio dessa convenção.



Ao lado de Azeredo, Marina Silva fala à CRE sobre conferência, que se realiza em 2006

Diplomata quer italianos nas parcerias público-privadas

A participação de empresas italianas no programa brasileiro de parcerias público-privadas (PPPs) e a aproximação entre pequenas e médias empresas do Brasil e da Itália estão nas prioridades do embaixador designado para a representação em Roma, Adhemar Gabriel Bahadian. Sua indicação recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), e será agora votada pelo Plenário.

Na exposição ao colegiado, Bahadian lembrou a assinatura, pelos ministros das Relações Exteriores dos dois países, de uma declaração que estabelece prioridade para projetos na área de infra-estrutura, dentro do programa das PPPs. Nos próximos meses, previu, deverá haver um

aprofundamento das negociações entre empresas italianas e brasileiras e o governo federal.

O diplomata ressaltou o importante papel das empresas familiares na economia da Itália, ao destacar a prioridade para a formulação de parcerias entre firmas de pequeno porte das duas nações. Em março de 2006, adiantou, missão empresarial italiana virá ao Brasil para discutir parcerias.

Durante o debate, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) falou da criação de redes de pequenas e microempresas no Rio Grande do Sul, nos últimos 20 anos, e convidou o diplomata a visitar o estado. Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu maior aproximação com a Itália no campo educacional. O potencial de



Indicação de Bahadian para embaixada na Itália será votada pelo Plenário

cooperação bilateral no setor cinematográfico foi ressaltado por Roberto Saturnino (PT-RJ). A reunião foi dirigida pelo vice-presidente da CRE, Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Ele anunciou que na próxima semana haverá eleição do novo presidente do colegiado, em substituição a Cristovam Buarque.



Parlamentares da comissão conjunta discutem composição do órgão legislativo

Comissão do Mercosul debate a criação de Parlamento do bloco

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, integrada por parlamentares dos quatro países membros do Mercado Comum do Cone Sul – Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai – discutiu ontem o pré-acordo sobre a constituição do Parlamento do bloco.

Ao abrir o evento, o presidente do grupo brasileiro da comissão, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), afirmou que os debates têm o objetivo de construir uma identidade que possibilite a consolidação do Parlamento.

Na reunião, foi discutido o sistema de composição do Parlamento, que ainda depende de acordo. Os paraguaios defen-

dem uma composição paritária, enquanto as demais nações são a favor do acordo firmado em junho, pelo qual cada país teria o número de representantes fixado conforme sua população. Assim, o Brasil teria 36 membros; Argentina, 31; e Paraguai e Uruguai, 16 cada um.

Também reunida ontem, a União Interparlamentar, que reúne a Comissão do Mercosul e o Parlamento Andino, ratificou o compromisso de consolidar a construção da Comunidade Sul-Americana de Nações, privilegiando, entre outros pontos, os direitos humanos e a livre circulação de pessoas.

Integrantes do colegiado relatam a Renan esforço para instituir entidade

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem um grupo de parlamentares da Argentina, Uruguai, Paraguai e Equador, que participam de uma reunião da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Representando o Brasil, integra o grupo o deputado Dr. Rosinha (PT-PR), que relatou os esforços para elaborar o protocolo constitutivo do Parlamento do Mercosul.

O deputado lembrou que será realizada hoje uma cúpula dos presidentes de países da América do Sul e, paralelamente, encontro dos parlamentares do Mercosul e do Parlamento Andino.

– Nós conversamos com o presidente Renan sobre a necessidade de um debate mais profundo dentro do próprio Parlamento brasileiro. Isso significa uma reunião de trabalho entre Renan Calheiros, o presidente Aldo Rebelo e a comissão.

Dr. Rosinha disse que esse encontro deve ocorrer na próxima semana, uma vez que o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, assumiu o cargo na quarta-feira e está acomodando sua agenda de trabalho. Dr. Rosinha afirmou que Renan foi extremamente sensível ao apelo do grupo e se dispôs a agilizar a reunião.



Renan conversa com o deputado uruguaio Roberto Kombe, da comissão parlamentar